

INFORMATIVO ONLINE

DIRETORIA DE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

Primeiro boletim eletrônico do MPMG em atividade, com matérias de interesse institucional coletadas em fontes oficiais de informação.

Volume: 10

Número: 408

09/06/2026

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

[AVISO CONJUNTO PGJAA DG Nº 5, DE 2026](#)

"Dispõe sobre o expediente nos órgãos e dependências do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, nos dias 04 e 05 de junho de 2026, (Dia de Corpus Christi)."

[EDITAL DE REMOÇÃO PGJAA Nº 7, DE 09 DE JUNHO DE 2026](#)

"Abre inscrição para os servidores interessados em remoção na Comarca de Pitangui."

[RESOLUÇÃO CONJUNTA MPMG PC Nº 2, DE 2026](#)

Designa os responsáveis para operacionalização do Sistema Integrado de Administração Financeira/SIAFI-MG e do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços/SIAD-MG, para unidade executora e orçamentária específicas.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

[LEI Nº 25.900, DE 3 DE JUNHO DE 2026](#)

Dispõe sobre a abordagem da capoeira no âmbito do estudo da história e da cultura afro-brasileira e acrescenta dispositivos ao art. 2º da Lei nº 15.476, de 12 de abril de 2005, que determina a inclusão de conteúdos referentes à cidadania nos currículos das escolas de ensino fundamental e médio.

[LEI Nº 25.920, DE 8 DE JUNHO DE 2026](#)

Assegura às pessoas com transtorno do déficit de atenção com hiperatividade – TDAH – ou com dislexia o direito a atendimento especializado nos concursos públicos realizados pelos órgãos e pelas entidades da administração pública direta e indireta do Estado.

[PORTARIA CONJUNTA TJMG CGJ Nº 1.817, DE 3 DE JUNHO DE 2026](#)

Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.545, de 19 de abril de 2024, que "Dispõe sobre a implantação e o funcionamento da Central de Processos Eletrônicos de Turmas Recursais".

[PORTARIA DF Nº 0701/083, DE 20 DE MAIO DE 2026](#)

Disciplina a suspensão do expediente forense na Comarca de Uberaba.

[PORTARIA DF Nº 5461, DE 2 DE JUNHO DE 2026](#)

Altera a Portaria da Direção do Foro nº 4.346/2026, que disciplina a suspensão do expediente forense externo e dos prazos processuais no âmbito da Comarca de Governador Valadares, em razão da mudança para o novo edifício sede do Fórum Doutor Joaquim de Assis Martins Costa, e dá outras providências.

[RESOLUÇÃO SEDESE Nº 36, DE 3 DE JUNHO DE 2026](#)

Dispõe sobre a entrega de kits de equipamentos tecnológicos aos Municípios com a finalidade de apoio e fomento às atividades dos Conselhos Tutelares no Estado de Minas Gerais.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

[CONSULTA PÚBLICA MS Nº 7, DE 3 DE JUNHO DE 2026](#)

“Submete à consulta pública, para avaliação e apresentação de sugestões do público em geral, proposta de texto do Projeto de Resolução Nº 04/21 "Requisitos de Boas Práticas para Avaliação de Tecnologias em Saúde (Revogação das Resoluções GMC Nº 06/12, 03/13 e 25/15).”

[LEI Nº 15.422, DE 3 DE JUNHO DE 2026](#)

Institui diretrizes básicas para a melhoria da saúde das pessoas com dor crônica e o Dia Nacional de Conscientização e Enfrentamento da Dor Crônica.

[LEI Nº 15.423, DE 3 DE JUNHO DE 2026](#)

Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações), para dispor sobre a divulgação, no programa A Voz do Brasil, de informações sobre os serviços das redes de enfrentamento e prevenção à violência contra as mulheres.

[LEI Nº 15.425, DE 3 DE JUNHO DE 2026](#)

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime o exercício ilegal da medicina veterinária.

[LEI Nº 15.426, DE 3 DE JUNHO DE 2026](#)

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital e municipais.

[RESOLUÇÃO CFF Nº 5, DE 22 DE ABRIL DE 2026](#)

Estabelece as diretrizes para a atuação do farmacêutico na assistência e no cuidado à pessoa LGBTQIAPN+.

[RESOLUÇÃO CNMP Nº 334, DE 26 DE MAIO DE 2026](#)

Institui a obrigatoriedade da adoção da taxonomia das rubricas de pagamento e emissão de contracheque único no âmbito dos ramos e unidades do Ministério Público.

[RESOLUÇÃO COMIF Nº 5, DE 2 DE JUNHO DE 2026](#)

Institui a Estratégia Nacional do Voluntariado no Manejo Integrado do Fogo com foco nas Brigadas Florestais Voluntárias como parte dos Programas de Brigadas Florestais previstos na Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, criada pela Lei nº 14.944, de 31 de julho de 2024.

IMPORTANTE: Os textos dos atos normativos e da legislação disponíveis têm caráter meramente informativo, não dispensando a consulta aos Diários Oficiais para a comprovação da existência de direitos nos termos da legislação vigente.